

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO EM CONTEXTOS EM
DESENVOLVIMENTO PERCEBIDAS NA COMPLEXIDADE DO GLOCAL**
PUBLIC POLICIES OF EDUCATION IN DEVELOPING CONTEXTS
PERCEIVED IN THE COMPLEXITY OF THE GLOCAL

Carolina Mendes¹

José Matias Alves²

Paulo de Carvalho³

Resumo

O artigo pretende analisar políticas públicas de ensino em Angola, concretizadas em práticas de cooperação para o desenvolvimento pós-2015, nomeadamente as parcerias sociais estabelecidas entre o Estado angolano e organizações do segundo e terceiro sectores no âmbito da alfabetização de adultos em contexto profissional.

São abordadas algumas conclusões de um estudo realizado a propósito de um doutoramento em Ciências de Educação, que, à luz de uma Epistemologia Situada de Cooperação para o Desenvolvimento, entende que as políticas se manifestam a diferentes níveis, tais como: o megassítio, o macrossítio e o mesossítio.

¹ Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (CEAUP), Portugal.
carolina.babo@gmail.com

² Centro de Investigação para o Desenvolvimento Humano, Faculdade de Educação e Psicologia, Universidade Católica Portuguesa. jalves@porto.ucp.pt

³ Universidade Agostinho Neto, Angola. paulodecarvalho@netcabo.co.ao

Conclui-se que tais parcerias sociais fazem sentido e tornam-se mais consistentes quando percebidas no âmbito de uma cooperação dialógica, onde as partes envolvidas apresentam determinadas disposições quando os parceiros estão devidamente enquadrados numa rede local de parcerias e cujos resultados vão sendo evidenciados através de uma dinâmica circular glocal.

Palavras-chave: Políticas públicas de educação; parcerias sociais; Epistemologia Situada de Cooperação para o Desenvolvimento; cooperação dialógica.

Abstract

This article wishes to assess public policies of education in Angola, carried out in cooperation procedures for post 2015 development, namely, social partnerships established between the Angolan Government and organizations of the second and third sectors in the area of adult literacy in a professional environment.

References are made to some conclusions of a study carried out within a PhD in Educational Sciences, which according to the theory of a Situated Epistemology of Development Cooperation understands that policies are presented at different levels, such as mega site, macro site and meso site.

It is concluded that such social partnerships make sense and become more consistent when perceived in the context of dialogic cooperation, where the parties involved present certain provisions that partners tend to present when properly justified in a local network of partnerships.

Keywords: Public Policies of Education; social partnerships; Situated Epistemology of Development Cooperation; dialogic cooperation.

Introdução

Este texto resulta de um estudo no âmbito de um doutoramento em Ciências de Educação na Universidade Católica do Porto. Atentos aos problemas que a Cooperação para o Desenvolvimento (CD) tem enfrentado, nomeadamente, a existência de fluxos de práticas de CD não contabilizadas internacionalmente, os autores propuseram-se estudar tais fluxos que acontecem *no e pelo* Sul e a compreender as práticas desenvolvidas por entidades do segundo e terceiro sectores, no contexto da alfabetização de adultos em Angola.

Para tal, desenvolveu-se uma revisão de lentes teóricas que originaram um modelo integrado de análise que permitiu estudar tais políticas públicas e práticas e a sua dinâmica glocal (megassítio, macrossítio e mesossítio). Para este processo, convocou-se um eixo de análise que, por um lado, pretende dar vez e voz a quem vive as realidades e, por outro, abordar diferentes perspetivas teóricas, tais como: (a) um entendimento do desenvolvimento como liberdade e uma teoria dos sítios simbólicos de pertencimento; (b) um entendimento de cooperação dialógica e, por fim, (c) uma governança pública e uma epistemologia situacional que permita analisar políticas públicas e entender a gestão do bem comum, no caso, a educação.

Na pretensão de analisar a realidade complexa que sustenta a referida problemática, a presente pesquisa foi conduzida por uma abordagem metodológica tendencialmente qualitativa, concretizada através de um estudo tipo caso e inspirada numa metodologia culturalmente sensível.

Os dados recolhidos e analisados neste estudo demonstram que tais fluxos de práticas acontecem através de modalidades de *CD caso-a-caso*, nomeadamente, as parcerias sociais e/ou estratégicas sociais, como práticas *suleares*⁴ de cooperação, entre uma rede interorganizacional de parceiros no âmbito do Programa de

⁴ O conceito de *sulear* define a “intenção de dar visibilidade à ótica do Sul como uma forma de contrariar a lógica eurocêntrica dominante a partir do qual o Norte é apresentado como referência universal. *Sulear* significa construir paradigmas alternativos em que o Sul se coloca no centro” (Freitas, 2013).

Alfabetização e Aceleração Escolar (PAAE) em Angola. Neste sentido, tais *práticas de CD pós-2015* são parcerias sociais catalisadoras da eficácia do desenvolvimento, ainda que indiretamente, a três níveis: (1) organizacional no que se refere às instituições parceiras, entre elas as empresas; (2) profissional no que se refere aos colaboradores e empresas; e (3) pessoal, uma vez que permitem que o episódio escola aconteça na vida de indivíduos adultos, com *Trajetos de Vida Tipo* (TVT) semelhantes, e possibilitam um maior conjunto capacitário, tornando-os indivíduos mais livres para escolherem o rumo das suas vidas. Estas práticas de CD contribuem para um desenvolvimento local que pode ter impactos ao nível nacional e internacional. São práticas que fazem sentido no âmbito de uma *cooperação dialógica* em que os parceiros apresentam determinadas *disposições: cooperação dialógica; éticas num trabalho para o desenvolvimento sustentável; compromisso, responsabilização e respetivo impacto; ação coordenada e eficaz; e disposições em educação para o desenvolvimento.*

Este estudo demonstrou que é urgente um diálogo e um conhecimento situado para (co)operar para o desenvolvimento num contexto pós-2015. Uma cooperação caracterizada por: (1) uma maior capacidade local de construção endógena do desenvolvimento estimulada por uma apropriação situacional de políticas e práticas de desenvolvimento; (2) modalidades de cooperação caso-a-caso, através das quais os agentes terceirizados de cooperação, com determinadas disposições, atuam no âmbito da CD; e (3) um trajeto peculiar que os resultados estatísticos percorrem, em contextos em desenvolvimento e que deverá ser entendido como uma oportunidade a ser maximizada, “uma vez que tais dados são cada vez mais utilizados para subsidiar e legitimar a formulação de políticas e o investimento em educação” (UNESCO, 2016a, p. 72). Em suma, estes dados são o bilhete de identidade do próprio país e do trabalho que nele se desenvolve; daí a necessidade de serem entendidos.

Na última década, em Angola, tem havido a consciência da mudança e a necessidade de mudar de paradigma (Lopes, 2012). Foi com o Acordo de Paz de Luena (2002) que as mudanças políticas e económicas contribuíram para que a sociedade civil se transformasse e transferisse a sua atividade da ajuda de emergência, que depende em

larga escala da ajuda internacional, para a eficácia do desenvolvimento. Não obstante, outros atores têm vindo a cooperar com Angola, nomeadamente o sector privado, que tem estabelecido relações com o governo que vão além das simples relações económicas, como é o caso das *parcerias público-privadas* de âmbito social, enquadradas numa política de responsabilidade social.

No que se refere à cooperação internacional, é tempo de ouvir as pessoas, e “as pessoas querem não precisar de ajuda internacional. Elas querem viver política, social, ambiental e economicamente vidas seguras sem depender da ajuda externa. O que elas querem, portanto, da ajuda internacional é um sistema que suporte os processos locais para que a ajuda externa venha a ser desnecessária” (Anderson, 2012, p. 135).

Neste sentido, o presente trabalho estrutura-se em três partes que pretendem refletir e problematizar: (1) as políticas e o papel do Estado na cooperação para um desenvolvimento situado e parcerias sociais; (2) a noção de cooperação dialógica e as disposições para cooperar; e, por fim, (3) a abordagem de uma epistemologia situada de cooperação para o desenvolvimento.

1. As políticas e o papel do Estado na cooperação para um desenvolvimento situado e as parcerias sociais

No estudo realizado entende-se que as políticas acontecem e se estendem aos diferentes níveis sociais e políticos, tais como: o megassítio, o macrossítio e o mesossítio.

Os sítios são entidades imateriais compostas pelo espaço cognitivo de pertencimento que estabiliza o caos social a que o ser humano se sujeita (Zaoual, 2010); o sítio influencia decididamente o comportamento individual e coletivo. Através deste pensamento pós-global, capaz de responder à diversidade de cada contexto local, é impossível transpor modelos de economia, administração e desenvolvimento de um território para outro ou de cima para baixo, pois existirão modificações e alterações

situacionais, com base em políticas e pensamentos idiossincráticos⁵. O local acaba por interpretar o global de acordo com os estímulos que recebe.

Neste sentido, tal como se poderá ver na Figura 1, a ação dialógica de um Estado cooperativo descreve-se pela dinâmica que se desenvolve entre os três sítios (Panhuys, 2006) onde as políticas podem ocorrer, nomeadamente: (1) o **megassítio**, onde se alocam as instituições internacionais, política mundializada e políticas de cooperação internacional para o desenvolvimento; (2) o **macrossítio**, onde se encontram as instituições governamentais, macropolíticas – ação do Estado; e (3) o **mesossítio**, onde se alocam diversas cidadanias ativas (instituições religiosas, ONG, empresas, fundações...) de natureza diversificada, com intuítos diversos e que interagem em parcerias sociais para trabalhar em conjunto num assunto e/ou para resolver um problema comum que os afeta no *situ* (ou sítio) através de práticas de CD.

Figura 1. O papel do Estado na Cooperação para um Desenvolvimento Situado



O Estado angolano, à luz desta dinâmica, acaba por ascender a um nível mega e, de acordo com as suas intenções políticas, assume os compromissos internacionais. No

⁵ Pensamentos com base em *idiossincrasias culturais*, ou seja, hábitos e pensamentos característicos do povo angolano.

presente caso, entre outros compromissos, assume as resoluções da CONFITEA (Conferência Internacional de Educação de Adultos), que orientam os países em vias de desenvolvimento no sentido de reduzir a taxa de analfabetismo em 50% e os ODM (Objetivos de Desenvolvimento do Milénio), agora ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). Subentende-se alguma urgência em cumprir tais compromissos, pois, de acordo com as metas assumidas, em 2015 Angola teria que atingir uma taxa de alfabetização de 76%, o que não aconteceu, acabando por tais resultados serem projetados para 2017.

Neste sentido há incontornavelmente, por parte do Estado, vontade política em cumprir os compromissos internacionais. Tal facto evidencia-se, não só pelos documentos oficiais que assumiram tais metas, como também por uma ação política e pedagógica empenhada, uma vez que, para além de manter as políticas e os programas acionados, o governo vai introduzindo no sistema de educação para adultos modalidades que contribuem para a superação das estatísticas nacionais previstas. Por exemplo, no seu Plano Estratégico para a Revitalização da Alfabetização 2012-2017 (MED, 2012), o governo perspetiva alfabetizar quinhentas mil pessoas por ano; no entanto, em 2014, segundo o *Balanço Anual da Educação de Adultos 2014* (MED, 2014), com a introdução do método *Sim, Eu Posso* e o aumento de alfabetizadores/facilitadores, o número de alfabetizados aumentou para cerca de oitocentos mil (81,7%). Contudo, será necessário problematizar tais estatísticas que resultam de ações políticas urgentes de números, formulando questões como: que programas são estes que foram introduzidos, como atuam e como conseguem um aumento tão significativo de alfabetizados? Quem são estes facilitadores que entram no sistema? Como é que estas estatísticas são recolhidas, que significado têm? Por exemplo, no método *Sim, Eu Posso*, qualquer que seja o grau académico do facilitador (muitas vezes muito baixo) ou respetivo ritmo de trabalho, o resultado está sempre garantido, até porque está previsto que aquele seja auxiliado por material audiovisual. O problema é que, no terreno, essencialmente no interior do país, nem sempre existem as condições ideais necessárias, nomeadamente, a eletricidade e/ou o combustível para que o gerador assegure o funcionamento desse equipamento. O mesmo acontece nas estatísticas: ter-se-á que questionar o significado dos números

canalizados para o PAAE, pois alguns números poderão referir-se não só a adultos ou jovens acima dos 15 anos, tal como prevê o programa, mas também a indivíduos com doze ou mais anos que não encontram resposta educativa no sistema de ensino regular para a sua idade, acabando este programa por ser mais uma estratégia de aceleração do que propriamente de alfabetização. Estas são questões que nos levam a refletir sobre a quantidade vs. qualidade da alfabetização. Apesar de tudo, é de referir que o PAAE é um programa que está a fazer a diferença, mesmo sem receber financiamento de instituições internacionais.

Numa situação a nível macro, o Estado angolano, de acordo com as suas intenções políticas, vê-se não só com um programa nacional a cumprir, como também sob pressão ou influência para cumprir os compromissos assumidos ao nível mega. Numa *perspetiva sitológica*, esta influência não é mais do que um estímulo externo que acaba por ser digerido, ou seja, modelado ao contexto local, e tais metas auxiliam a conceptualização das políticas nacionais de desenvolvimento, entre outras, as presentes em documentos oficiais como o *Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017* (MPDT, 2012) e a *Estratégia Nacional de Combate à Pobreza*.

Neste sentido, o governo afirma que a minimização da pobreza se relaciona com a alfabetização, pois, ao diminuir as taxas que representam o número de pessoas não escolarizadas, reduz os índices de pobreza. De referir que no discurso político há o risco de se usar a educação como panaceia para todos os problemas; no entanto, segundo o estudo realizado, a educação em Angola ainda possui este papel impulsionador de desenvolvimento. Além do mais, a Declaração de Incheon (2015) reforça que, em contextos em desenvolvimento, a educação continua a ser a pedra angular para a resolução de problemas e tem um papel primordial na ativação do desenvolvimento. É neste sentido que o governo refere que o programa de alfabetização não está só a ensinar a ler e a escrever, destacando simultaneamente o papel diferenciador dos parceiros na concretização do programa. Isto porque a ação dos parceiros acaba por introduzir, entre outros elementos no quadro do programa, aspetos novos e enriquecedores, como é o caso do empreendedorismo relativo ao

trabalho com mulheres no que respeita a abrir ou gerir o seu negócio, contribuindo assim para a minimização da pobreza.

Com o intuito de concretizar tais políticas públicas de desenvolvimento e atingir as metas internacionais agora implícitas nas políticas públicas nacionais, encontra-se, numa terceira situação, a **nível meso**, o Estado, que se desdobra e se faz representar pelas Direções Provinciais de Educação (DPE) no local. O Estado concretiza o *Programa de Alfabetização e Aceleração Escolar (PAAE)*, no qual o governo adota o papel de parceiro e passa a trabalhar de forma horizontal com uma rede interorganizacional de parceiros no âmbito da alfabetização. De referir que ao governo local é acrescida a função regulatória de todo o processo no sentido de assegurar a governança do bem público comum, nomeadamente o acesso e a qualidade de educação a todos os jovens e adultos. Todos os parceiros, embora de natureza diversa, consideram que o Estado, na figura do Ministério da Educação (MED), é o órgão reitor da educação.

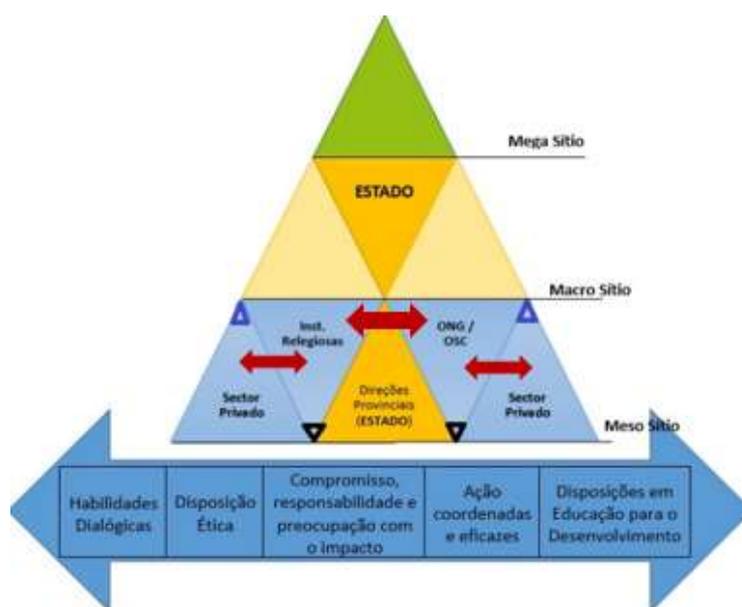
Uma parceria estabelecida ao nível meso, segundo o governo central, baseia-se num conjunto de responsabilidades atribuídas a cada parceiro. A noção que o governo local tem de parceria é mais completa, pois considera que uma parceria são duas instituições/organizações que reúnem os seus recursos para alcançar um fim comum; desta feita, as parcerias com as igrejas e/ou as empresas baseiam-se neste princípio e são fundamentais, pois têm contribuído para a redução significativa do analfabetismo. Assim, as parcerias sociais são: (1) aquelas que se equilibram entre a competição e a cooperação; (2) baseadas em relações *win-win*; (3) estratégias de cooperação para o desenvolvimento, onde a empresa poderá ser um bom parceiro desde que as regras estejam claramente estabelecidas e que determinadas disposições de cooperação dialógica se façam sentir em todo o processo.

2. A noção de Cooperação Dialógica e as Disposições para cooperar

Sabendo que as parcerias são fortes impulsionadoras do desenvolvimento (OCDE, 2015), o trabalho de CD, enquadrado num *paradigma de intersubjetividade ou de intercompreensão*, requer uma predisposição para ouvir/escutar o outro, de forma a

ultrapassar as barreiras culturais, preconceitos e/ou ideias feitas, que muitas das vezes são obstáculos ao sucesso de constituição de parcerias, bem como à realização do trabalho de cooperação (Ferreira & Marinho, 2012; Delgado, 2013; Mauri, 2013). É nesta preocupação de ouvir o outro e de o conhecer que se estabelece uma relação horizontal entre as partes e sobre a qual se estabelecerá o trabalho de **Cooperação Dialógica**. Neste sentido, a busca permanente de *soluções caso-a-caso* – impulsionadas pelas prioridades de cada país, o estabelecimento de *parcerias sociais* entre os parceiros para o desenvolvimento, entre outros, o sector privado – pressupõe que se denotem algumas *Disposições⁶ de Cooperação* fundamentais como as que se seguem, da parte das entidades envolvidas, nomeadamente das empresas.

Figura 2. Entendimento sobre Cooperação Dialógica para o Desenvolvimento



⁶ Usa-se o conceito de disposições de Nóvoa (2003), pelo qual se afirma que, para além das competências que devemos ter, coloca-se a tónica numa (pré-)disposição que não é natural, mas construída na definição de uma posição com forte sentido cultural, no interior das pessoas e, acrescenta-se, das organizações, uma vez que estas últimas são compostas por pessoas.

2.1. Disposições de cooperação dialógica no sentido de entender e de se mostrar recetivo ao outro para agir em conjunto (Sennett, 2012). Das poucas empresas que existem em Angola preocupadas com estas temáticas, nomeadamente a que foi estudada apresenta: (a) *disposições organizacionais cooperativas*, pois mostrou-se disponível para cooperar ao procurar o Estado, sendo devidamente regulada por este nesta área específica. Evidencia-se um diálogo entre os diferentes atores no sentido de se estruturar uma linguagem comum entre o Estado e a rede interorganizacional de parceiros. A empresa também apresenta: (b) *disposições comunicacionais cooperativas*, pois considera que existe uma simbiose, uma sinergia e um diálogo aberto e construtivo com o governo, o que lhe permite igualmente beber da sua experiência, tanto a nível da organização metodológica como pedagógica, e muitas vezes enquadrar, reajustar e melhorar os seus caminhos. Por fim, a empresa também apresenta: (c) *disposições reflexivas cooperativas*, pois admite que sempre teve a intenção de trabalhar esta área em parceria com o MED e nunca ser independente no processo de alfabetização. Pretende trabalhar em equipa, e prova disso é que partilha os seus recursos, criados internamente, com o Estado e admite que, se o processo de alfabetização fosse um processo apenas interno, não seria sustentável dada a falta de ligação ao exterior. Além destes aspetos, a empresa apresenta: (d) um *pensamento reflexivo sustentável*, pois prevê o desfecho dos projetos e tem a preocupação de encaminhar os alunos para o parceiro estatal, embora nem sempre tenha sucesso nesse encaminhamento.

Contudo existem também: (e) *indisposições cooperativas*, que se repercutem nas limitações da ação que as empresas apresentam no âmbito do seu trabalho nesta área. Isto porque as parcerias que estabelecem com o governo são limitadas no tempo, as suas atividades sociais dependem das suas metas económicas, ainda que ambas possam conviver. No caso de uma instituição que pertence à igreja, a sua indisposição é de natureza diferente, pois a igreja esteve, está e estará no contexto. O problema é que nem sempre as igrejas terão os recursos materiais necessários como a empresa tem, porque a empresa na sua planificação orçamental prevê não só o seu desenvolvimento económico, mas também o desenvolvimento da atividade social, embora as duas coisas terminem no tempo. No caso de uma instituição como uma

ONG, a indisposição está relacionada com o tipo de financiamento a que esta tem acesso. Assim, se a ONG tiver um financiamento externo, consegue muito mais do que se tiver apenas um financiamento interno, que limita a sua ação. São poucas as ONG que conseguem sobreviver somente com financiamentos internos.

2.2. Disposições éticas num trabalho para o desenvolvimento sustentável que se concretizam em competências e preocupações éticas relacionadas com a cooperação entre parceiros. Segundo o estudo realizado, o governo central considera que, no âmbito do PAAE, trabalhar com as empresas é um desafio, já que o trabalho com estas é difícil. Na perspetiva do governo, o que conta para estas instituições é o lucro, e não são muitas as que estão sensibilizadas para “perder tempo” com a alfabetização. O governo tem apelado à responsabilidade social, mas são poucas as empresas que o fazem nesta área; assim, o governo desvaloriza a temática e sublinha a presença constante dos parceiros mais tradicionais como igrejas e associações, no que se refere à alfabetização.

Em contrapartida a opinião do governo local, nomeadamente, das Direções Provinciais de Educação (que têm maior proximidade e conhecimento das parcerias) é ligeiramente distinta, pois considera que uma empresa poderá fazer um trabalho tão bom como outro parceiro: não existem muitas diferenças no produto final e os resultados são necessários. Evidencia-se assim que o trabalho das empresas, embora ainda seja descurado a um nível macro, a nível meso é bastante valorizado, sendo-lhe atribuído um papel de suporte financeiro, o que contribui para a superação de algumas dificuldades do próprio governo central. Contudo, esta análise incita o enunciar de outras questões no que se refere ao papel das empresas no âmbito do PAAE. Será que a sua função se limita a este papel mais financeiro? Que trabalho tem sido realizado que seja motivo ou que justifique a opinião favorável do governo local que iguala o trabalho de uma empresa a um parceiro mais tradicional? Porque não existem mais empresas a trabalhar nesta área?

No estudo realizado foi possível concluir que em Angola falta uma concertação ao nível macro no que concerne a estas temáticas. Sublinha-se a ideia lançada pelos

participantes da realização de um guia de responsabilidade social, um guia de investimentos em que as empresas interessadas possam optar pela área em que querem enquadrar as suas atividades sociais, ou ainda uma plataforma digital passível de ser consultada com este fim por possíveis futuros parceiros do governo. Este é o momento para o governo atuar de forma ética e contribuir para um desenvolvimento sustentável, pois, como refere o governo local, poderá deste modo tirar ilações e conhecimentos desta parceria de forma a partilhar o respetivo modelo com futuros parceiros.

Este trabalho ético passa também pela preocupação, por parte do Estado, em monitorizar o trabalho das empresas. No geral esta monitorização é realizada não só com as empresas, mas também com todos os parceiros no âmbito do PAAE, nomeadamente as igrejas e as ONG, apesar da existência de um conjunto de constrangimentos subjacentes. Contudo, ao contrário do que as diretrizes de atuação ética recomendam, a divulgação dos resultados fica um pouco aquém do desejado, pois algumas das estatísticas alcançadas pela empresa acabam por ser diluídas nos resultados locais relacionados com os resultados do governo ou outras instituições, e que mais tarde ascendem ao nível meso de forma omissa quanto à origem.

No que se refere a incentivos por parte do governo ao sector privado, demonstra-se pelo estudo realizado que, apesar de ser referido um incentivo fiscal no documento oficial do PAAE, apresentando-se como elemento motivador à participação dos parceiros do sector privado, ele na realidade não acontece – aliás, todos os parceiros e mesmo o governo local desconhecem a sua existência. Em contrapartida reforça-se a importância deste incentivo, pois a sua existência poderia contribuir para que um número maior de empresas se associassem, se desenvolvessem melhores práticas de cooperação, se estabelecessem regras de atuação das empresas em terreno angolano nestas áreas sociais e se protegessem as empresas na sua ação, entre outros benefícios.

2.3. Disposições de compromisso, responsabilização e respetivo impacto positivo

Os casos analisados na presente pesquisa, evidenciam que os compromissos de cada parceiro resultam dos próprios objetivos internos da instituição, o que reforça e

legítima o seu envolvimento na parceria com o governo. Neste sentido, os objetivos do parceiro **empresa** coincidem com o compromisso que ela tem com a alfabetização dos seus colaboradores e com o governo, pois a empresa pretende: (1) reduzir de forma progressiva e sustentável o analfabetismo dentro da instituição, com o objetivo de deixar de ter colaboradores com um nível de literacia nulo, uma vez que sem estas bases é impossível atribuir algum tipo de formação profissional; (2) constituir uma plataforma que lhe permita proporcionar aos colaboradores não só a alfabetização, mas também o equivalente à 4.^a e 6.^a classes reconhecidas pelo governo; e, por último, (3) complementar, através do PAAE, uma das responsabilidades assumidas pela empresa que é o desenvolvimento humano, pessoal e cultural de todos os colaboradores, uma vez que este programa apresenta um conjunto de outros projetos que lhe são complementares que têm esta finalidade, como é o caso da capacitação interna de alfabetizadores, a construção interna de materiais didáticos, o Coletivo de Saberes (um grupo ligado ao teatro e à cultura local), a biblioteca, entre outros.

No que se refere às formas de responsabilidade e de transparência que deveriam existir, ainda há um caminho árduo a percorrer. Nesta linha de pensamento, o primeiro passo que deveria ser dado seria possibilitar às empresas serem representadas na *Comissão Nacional de Alfabetização*⁷, a um nível macro, como mais um parceiro credível de desenvolvimento do programa, uma vez que as ONG e as instituições religiosas já o são.

O estudo realizado conclui que as parcerias têm um impacto positivo nas pessoas e no desenvolvimento local. Por um lado, porque os primeiros beneficiários são os alfabetizandos, e quando os alfabetizandos são mulheres o impacto no desenvolvimento local é ainda mais evidente, pois elas influenciam os resultados ligados aos seus negócios e à educação dos seus filhos, futuros cidadãos angolanos. Por outro, o governo considera que há impactos positivos que resultam destas

⁷ A *Comissão Nacional de Alfabetização* tem as seguintes atribuições: avaliar e monitorar o programa, orientar e controlar os seus órgãos, aprovar e apresentar relatórios sobre o andamento dos respetivos trabalhos.

parcerias, pois elas auxiliam o governo, que sozinho teria dificuldades em obter melhores estatísticas para a diminuição do analfabetismo, uma das metas assumidas a nível mega.

Por fim, há um tema relacionado com este subponto, no âmbito das diretrizes das políticas da ajuda comunitária, que requer alguma reflexão; trata-se da questão da ajuda desligada ou a desvinculação da ajuda. Reconhece-se que a desvinculação da ajuda é um fator importante de qualquer política de desenvolvimento coerente a favor dos pobres. Contudo, e em primeiro lugar, esta política não é uma política de ajuda, mas sim uma política de cooperação concretizada em parceria, que prevê a eficácia do desenvolvimento local, do qual as partes implicadas retiram algum proveito. Em segundo lugar, e resultante do primeiro ponto, há sempre uma intenção intrínseca às motivações que os parceiros têm em constituir parcerias sociais; por exemplo, as empresas acabam por ir buscar um diferencial competitivo no mercado, pois ganham lucros a longo prazo; assim, ter uma mão-de-obra qualificada tem repercussão num aumento da qualidade de produtividade, na fidelização dos trabalhadores, numa imagem positiva e reforçada perante a comunidade onde a empresa atua e perante o próprio governo. Cada parceiro retira destes arranjos organizacionais o seu proveito; no entanto, é necessário ter atenção aos fluxos financeiros, materiais ou recursos humanos que são mobilizados no âmbito destas parcerias, para que estes fluxos não percorram apenas um sentido. Cabe às instituições implicadas nestas parcerias dialogarem com o Estado de modo a clarificarem o que podem ou não disponibilizar, onde o vão adquirir e de que forma o farão. Em contrapartida, ao Estado cabe atribuir maior transparência ao processo, clarificando o que pode ou não disponibilizar, reconhecendo todos os parceiros que atuam no âmbito das parcerias e atribuindo-lhes a autoria dos seus resultados.

2.4. Disposições de ação coordenadas e eficazes

Perante uma rede extensa de parceiros locais, no âmbito do desenvolvimento do PAAE, torna-se fundamental adotar medidas que permitam a eficácia desta prática de cooperação para o desenvolvimento, já que esta tem uma liderança de alto nível,

como é o caso do governo nacional que se desdobra em governo local através das DPE. É uma prática de cooperação que envolve instituições internacionais (neste caso, empresa e igreja), mas que é vocacionada para a ação num contexto específico. É um modelo de parceria que responde ao desafio existente; ou seja, é uma solução de *cooperação caso-a-caso*, como aqui já foi mencionado. Como tem uma única liderança, consegue ser bem gerida, contribui para a não duplicação de esforços e a fragmentação da medida, permite a clarificação de funções e responsabilidades, define uma orientação clara para os resultados mantendo uma monitorização através de um processo adequado aos seus parceiros e se estes assim o entenderem, e permite ainda uma mobilização de recursos adequada às suas necessidades. Esta política pública de cooperação para o desenvolvimento possibilita a realização destes itens, o que não significa porém que estes sejam todos concretizados e na sua máxima eficácia.

2.5. Disposições em Educação para o Desenvolvimento (ED)

Estar disposto a pensar e agir em ED é contribuir para que se crie um pensamento crítico sobre o mundo e sobre si próprio, de forma a agir coerentemente e no sentido da transformação social. Deste modo, evidencia-se que o governo convida os parceiros sociais à ação, pois considera que a alfabetização não é uma tarefa só sua, mas envolve toda a sociedade; os parceiros acabam assim por ser envolvidos nas parcerias como “forças vivas da nação”. No entanto, o governo tem consciência de que as motivações que levam os parceiros a associarem-se não são apenas de cariz solidário. O trabalho cívico e transformador é realizado, (1) pois os colaboradores são formados, em vez de serem dispensados e substituídos por mão-de-obra mais qualificada; este trabalho (2) contribui para a minimização das desigualdades, pois a empresa, de acordo com os seus valores, quer dar oportunidades de formação aos colaboradores mais antigos, mas só o consegue fazer se estes tiverem as bases – logo, é necessário superar tais lacunas escolarizando-os.

Ao analisar as práticas de CD ao nível meso, identifica-se uma rede de distintos parceiros do governo local que se juntam para administrar problemas comuns. Esta

rede é ligada por nós diversos que representam diferentes tipos de parcerias (com ou sem Estado), nomeadamente as (1) *parcerias sociais* entre uma instituição e o Estado, com o intuito de desenvolver uma resposta educativa (PAAE), ou, em contrapartida, (2) as *parcerias sociais estratégicas* entre duas instituições, que visam juntar recursos e conhecimentos para melhorar a respetiva resposta educativa pública que resulta de políticas educativas endógenas.

3. Conclusões

Cooperar para o desenvolvimento requer disposição para o diálogo, saber desaprender e voltar a aprender, fazê-lo de forma ética, assumir compromissos e responsabilidades, ter uma ação coerente para a transformação social concretizada através de uma perspetiva glocal. A cooperação é uma área sensível que exige a acumulação de esforços, tanto da parte dos doadores como dos beneficiários, com o objetivo de ambos poderem caminhar juntos no sentido do desenvolvimento (Caetano, 2012).

Figura 3. Epistemologia Situada de Cooperação para o Desenvolvimento



Retomando o modelo teórico de análise e através de uma perspetiva de governança pública, confirma-se no estudo realizado a ideia de que as políticas públicas podem

transformar os sistemas educacionais, desde que exista vontade política e recursos adequados (UNESCO, 2008) ou que o nível macro governamental decida aproveitar de forma eficaz os recursos que já existem.

O que acontece no contexto poder-se-á entender quando são identificadas três distintas situações: uma **situação A** que consiste na *apropriação situacional* quer de práticas quer de políticas que estimulam uma maior capacidade local de construção endógena de desenvolvimento; uma **situação B**, uma vez que é no âmbito de uma *Cooperação Dialógica* entre os diversos parceiros, através de modalidades caso-a-caso (parcerias sociais e/ou estratégicas) que os agentes terceirizados de CD encontram o seu espaço e dão o seu contributo para o desenvolvimento; por fim, uma **situação C**, em que os resultados estatísticos decorrentes destas práticas percorrem um trajeto peculiar que poderá/deverá ser entendido como uma oportunidade a ser maximizada.

Em suma, numa era pós-2015, e segundo uma **Epistemologia Situada de CD** para (co)operar para o desenvolvimento glocal, será necessário: (1) um conhecimento situado; (2) um efetivo diálogo entre pares enraizado culturalmente; e (3) uma maior atenção e escrutínio ao trajeto peculiar percorrido pelos resultados, que por vezes condicionam o desenvolvimento.

4. Referências bibliográficas

- Anderson, M., Brown, D., & Jean, I. (2012). *Time to Listen: Hearing people on the receiving end of international aid*. Cambridge, Massachusetts: CDA Collaborative Learning Projects.
- Caetano, F. (2012). *A cooperação portuguesa para o desenvolvimento na área da educação da Guiné-Bissau: impacto dos projetos*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Delgado, C. (2013). *O impacto da cultura na formação de alianças empresariais: O caso dos empresários donos de micro e pequenas empresas de Cabo Verde*. Tese de Doutoramento. ISCTE/Instituto Universitário de Lisboa.
- Ferreira, J., & Marinho, R. (2012). A estratégia húngara de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID): uma análise histórica. *Fronteira*, v. 11, n.º 22, 2.º sem., 120- 140.

- Lopes, C. (2012). *Mudança de paradigma em Angola: da ajuda de emergência ao desenvolvimento. Papel da Cáritas de Angola e suas associadas na educação e formação de recursos humanos*. Retirado de http://www.caritasangola.org/pdf/estudoCaso/FCT_Coloquio_Internacional_Iberico_Artigos_ActasII_COOPEDU_21_09_2012.pdf
- Mauri, G. (2013). *Organizações não-governamentais e desenvolvimento análise do trabalho de algumas ONG em Moçambique*. Dissertação de Mestrado. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.
- MED (2012). *Plano Estratégico para a Revitalização da Alfabetização (2012-2017)*. Luanda. República de Angola.
- MED (2014). *Balanço anual da educação de adultos – 2014*. Luanda: Direção Nacional da Educação de Adultos.
- MPDT (Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial) (2012). *Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017*. Luanda. República de Angola.
- Nóvoa, A. (2003). *Conferência proferida no II Congresso de Educação do Marista de Salvador*. Retirado de http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/685/1/21205_ce.pdf
- Panhuys, H. (2006). *Do desenvolvimento global aos sítios locais: uma crítica metodológica à globalização*. Tradução de Michel Thiollent. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais.
- Sennett, R. (2012). *Juntos: os rituais, os prazeres e a política de cooperação*. São Paulo: Editora Record.
- UNESCO (2008). *Relatório de Monitoramento Global de 2009. Superando Desigualdades: por que a governança é importante*. São Paulo: Editora Moderna.
- Zaoual, H. (2010). O homo situs e sua perspectiva paradigmática. Tradução de Letícia Mei. *OIKOS*. v. 9, n.º 1, 13-39. Retirado de [file:///C:/Users/Carolina%20Mendes/Downloads/196-519-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Carolina%20Mendes/Downloads/196-519-1-PB%20(1).pdf)